

Planejamento urbano na cidade de Camaçari (BA): evolução dos planos entre 1974 até 2008

Urban planning in the city of Camaçari (BA): evolution of plans between 1974 to 2008

Submissão: 16/02/2022 | Fim da revisão por pares: 20/06/2021 | Aceite final: 03/07/2021

Flávio Gomes Santos | Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial (em nível de Mestrado Profissional) pela Universidade Estadual de Feira de Santana|E-mail: flavio.urbanista@gmail.com

Sandra Medeiros Santo | Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial da Universidade Estadual de Feira de Santana | E-mail: smsanto@uefs.com

Rosali Braga Fernandes | Docente da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) – Campus I | E-mail: rosalibragafernandes@gmail.com

Resumo

O presente artigo é resultado de uma pesquisa que analisa a evolução do planejamento urbano do Município de Camaçari, com foco sobre a área urbana do Distrito Sede, entre o período de 1974 até 2008. Para tanto a metodologia do estudo, foi baseada em três vertentes de estudo: abordagem, procedimentos e técnicas, explicando porque o distrito Camaçari (Sede) foi escolhido para o estudo, adotando no desenvolvimento deste estudo a análise da literatura científica existente através da documentação indireta. Nesse sentido, o objetivo deste artigo é analisar, a evolução do processo de planejamento do município de Camaçari, com foco sobre a área urbana do distrito Camaçari (Sede). Mostrando de forma específica como se deu o desenvolvimento de cada plano municipal no Distrito Sede, com a apresentação de um quadro síntese, informando o período, as gestões e as principais premissas abordadas nos planos. Com isso, a partir das análises dos planos municipais podemos concluir a inserção do COPEC e elaboração do “primeiro” Plano Diretor, intensificou as configurações as configurações urbanas, fazendo com que o Estado/Município realizasse planos com um conjunto de ações para conduzir a situação da expansão populacional e urbana na cidade de Camaçari.

Palavras-chave: Camaçari (BA); Planejamento urbano; Planos Diretores; Transformações urbanas.

Abstract

This article is the result of a research that analyzes the evolution of urban planning in the Municipality of Camaçari, focusing on the urban area of the District Headquarters, between the period from 1974 to 2008. For that, the methodology of the study was based on three aspects of study: approach, procedures and techniques, explaining why the Camaçari district (Headquarters) was chosen for the study, adopting in the development of this study the analysis of the existing scientific literature through indirect documentation. In this sense, the objective of this article is to analyze the evolution of the planning process of the municipality of Camaçari, focusing on the urban area of the Camaçari district (Sede). Showing in a specific way how each municipal plan was developed in the Headquarters District, with the presentation of a summary table, informing the period, the managements and the main premises addressed in the plans. With that, from the analysis of the municipal plans we can conclude the insertion of COPEC and elaboration of the "first" Master Plan, intensified the configurations the urban configurations, causing the State/Municipality to carry out plans with a set of actions to conduct the situation of population and urban expansion in the city of Camaçari.

Keywords: Camacari (BA); Urban planning; Master Plans; Urban transformations.

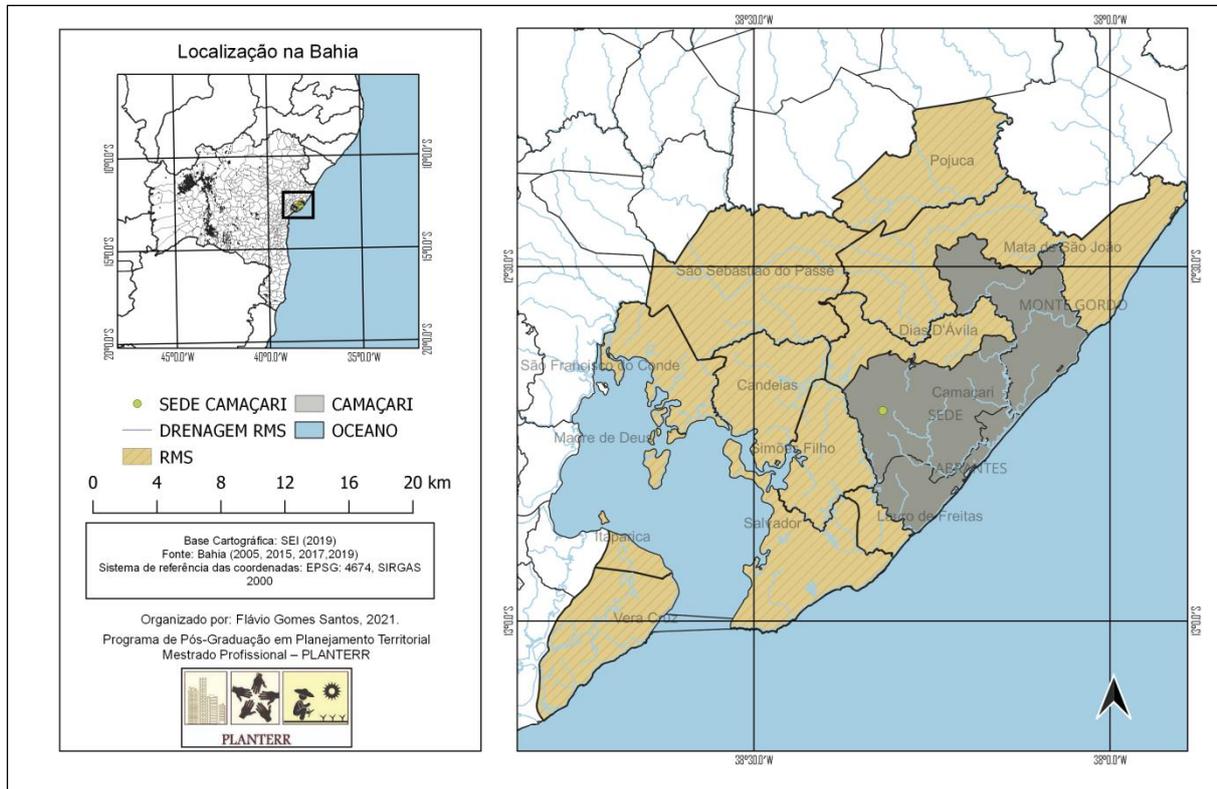
Introdução

O Município de Camaçariⁱ (Mapa 1) está ao norte da capital baiana, situado na Região Metropolitana de Salvador (RMS), possui uma área de 784,7 km², com uma população de 242.970 pessoas, e uma densidade demográfica de 309,65 hab./km². (CAMAÇARI, 2018)

Na divisão administrativa do Brasil, em 1911, o município passou a ser composto por três (03) distritos: Abrantes (sede), Monte Gordo e Ipitanga. Em 22 de março de 1920, foi criado o distrito de Camaçari, aprovado pela Lei Estadual nº 1422, de 04 de agosto de 1920 e elevado à categoria de "vila". Em 28 de julho de 1925, através da Lei nº 1.809, o município passou e se chamar Montenegro e a sua sede foi transferida para o arraial de Camaçari, formado por três (03) distritos: Abrantes, São Bento de Monte Gordo e Camaçari (distrito sede). Contudo, em 30 de março de 1938 o município de Montenegro passou a chamar-se Camaçari, mudando apenas o nome do distrito da formação anterior de São Bento de Monte Gordo para Monte Gordo, através da lei 10.724. (CAMAÇARI,

2005).

Mapa 1 – Município de Camaçari na Região Metropolitana de Salvador, Bahia, 2021



Elaboração: SANTOS (2021)

O distrito sede, ou seja, a cidade de Camaçari, é composto por 58 bairros, sendo que sua área urbana possui um perímetro de 33,033 km² (Mapa 2), que abriga 165.114 pessoas (CAMAÇARI, 2018). Além disso, comporta uma área industrial, onde se encontra o Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC), que foi implantado em 1978 com apoio do então conselho de administração da Petrobrás e a Petrobrás Química S/A (PETROQUISA), para atuar na indústria de transformação do país. Com a chegada do COPEC, o Município tornou-se a segunda maior economia dentro da RMS, bem como converteu-se num polo de atração de empregos. Ditas mudanças geraram forte crescimento populacional devido a migração intrarregional (CAMAÇARI, 2018).

Nessa perspectiva pode-se afirmar a importância que Camaçari tem para a sua região de influência e até mesmo para o Estado da Bahia, com um Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* de R\$ 81.105,66, colocando-a na segunda e quarta posição respectivamente (BRASIL, 2018).

A partir da análise da literatura científica existente e do processo de planejamento no município de Camaçari, área administrativa responsável pela gestão do distrito

área, dando destaque aos planejamentos. Os principais exemplos da evolução do planejamento urbano, são:

- Plano Diretor do Complexo Petroquímico de Camaçari, Lei 1575/1975;
- Plano Piloto Camaçari 1975, Lei 110/1981;
- I Plano Municipal de Desenvolvimento (1975);
- II Plano Municipal de Desenvolvimento (1979);
- Plano Piloto Camaçari 1980; e,

Lei 866/2008- Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Camaçari (PDDU). Há, contudo, que se considerar, como afirma CLARK (1991), que para que exista o planejamento urbano, deve haver um amplo consenso entre a população de um país que esteja afetado por sérios problemas nas suas cidades, e que esses possam ser melhor solucionados através da intervenção governamental.

O Município em questão, desde o período de emancipação, vem passando por modificações, seja pela implantação do Plano Diretor do complexo petroquímico de Camaçari, que deu início as configurações urbanas, que de certa maneira, deu-se continuidade através da Lei 1575/1975 - Plano Piloto Camaçari 1975, até a Lei 866/2008- Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Camaçari, onde delimita as áreas urbanas em zonas com usos determinados para cada setor, evidenciando a configuração progressista na formação deste distrito.

De acordo com Choay (2013, 21):

O plano da cidade progressista não está ligado às limitações da tradição cultural; ele só quer ser a expressão de uma demiúrgica liberdade da razão, colocada a serviço da eficácia e da estética. Sendo esses dois imperativos que conferem ao espaço do modelo progressista suas características pessoais.

Dessa forma percebe-se, que a configuração urbana da cidade estudada se dá, desde a implantação do Plano Diretor do Complexo Petroquímico de Camaçari, que em decurso deste realiza-se a inserção do COPEC, fazendo com que este Município seja conhecido como "cidade industrial" consequentemente, fazendo com que a cidade, seja um sustentáculo da zona industrial, conforme Choay (2013), a cidade industrializada é também industrial, quer dizer, para o urbanismo progressista, "um instrumento de trabalho". Para que a cidade possa preencher essa função de instrumentalidade, deve ser "classificada", analisada; cada função sua deve ocupar uma área especializada.

Num sentido amplo, o planejamento urbano busca conduzir os destinos das cidades por meio de regulamentações locais e intervenções diretas, para atender a uma série de objetivos, como: ordenamento territorial, mobilidade, justiça social e sustentabilidade.

De acordo com Clark (1991, p. 229):

O planejamento urbano apareceu no fim do século passado como uma resposta aos evidentes e bem documentados problemas das metrópoles industriais. É discutível se as condições de vida eram significativamente piores nas cidades do século XIX do que as existiram na zona rural antes da industrialização, mas a concentração da carência nos bairros pobres da cidade tornou visível a pobreza e as doenças e, surgindo como ameaças às classes médias e altas, fez com que essas condições fossem definidas como um problema básico para a sociedade.

Ao mesmo passo que o planejamento urbano se constitui, é possível notar que este tenta solucionar os problemas identificados nos núcleos industriais, a partir de planos que articulem as questões sociodemográficas com formas geométricas na iminência de delimitar zonas específicas para o pleno exercício dos usos.

De acordo com Korda (1999, p.37, apud SOUZA, 2011, p.58), "o planejamento urbano (Stadtplanung, dito em alemão que significa urbanismo) se ocupa, acima de tudo, com o direcionamento da evolução espacial e com uso das superfícies de uma cidade, ao passo que à missão do Urbanismo (Stadtebau dito em alemão que significa desenho urbano) é, antes, a aplicação do planejamento e a modelagem formal do espaço urbano por intermédio da atividade construtiva".

Em conformidade com Taylor (1998, apud SOUZA, 2011 p.123), o chamado planejamento físico-territorial consiste:

Na concepção do planejamento como atividade de elaboração de planos de ordenamento espacial de uma "cidade ideal". Trata-se de planos nos quais se projeta a imagem desejada em um futuro menos ou mais remoto - no estilo "a cidade 'x' daqui a vinte anos" -. Funcionando o plano como um conjunto de diretrizes a serem seguidas e metas a serem perseguidas (quanto aos usos da terra, ao traçado urbanístico, ao controle da expansão e do adensamento urbanos, a provisão de áreas verdes e ao sistema de circulação). Trata-se de uma redução menos ou mais acentuada do planejamento urbano à um planejamento da organização espacial, preocupado especialmente com o traçado urbanístico, com as densidades de ocupação e com o uso do solo.

Tendo em vista que o planejamento abarca a elaboração e a execução de planos a longo prazo, entende-se que é necessário ter uma visão global de integração que segundo Lafer (2010, p.141), o planejamento físico deve estar integrado numa visão que defina níveis de atuação nacional, regional ou local, mantendo à possibilidade de coerência do sistema.

Metodologia

A partir da análise da literatura científica existente e do processo de planejamento no Município de Camaçari, área administrativa responsável pela gestão do distrito Camaçari (Sede), utiliza-se a abordagem dedutiva, definida por Lakatos e Marconi (2003) como um processo através do qual se chega a conclusões de casos particulares, tomando

por base os conhecimentos acerca do tema exposto.

O distrito Camaçari (Sede), foi escolhido porque identificou-se que o município de Camaçari, o qual este distrito pertence é um dos que mais cresce dentro da região metropolitana, além de estar passando por processo de revisão de algumas legislações importantes para o município. Haverá coleta de dados e posterior uma explanação (procedimento histórico) no qual consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade de hoje.

Para obtenção dos propósitos utilizou-se a técnica da documentação indireta, que de acordo com Lakatos e Marconi (2003) consiste na fase da pesquisa que tem por objetivo recolher informações prévias sobre o campo de estudo. Esse levantamento visou à busca de definições para os principais tópicos que norteiam o tema proposto, sendo realizado em livros, artigos e planejamentos elaborados para o município que tratam da literatura correspondente à área.

O que é o Planejamento Urbano?

Planejamento Urbano conforme Saboya (2008, p. 02 apud MELLO, 2011 p.19) é “o processo de escolher um conjunto de ações consideradas as mais adequadas para conduzir a situação atual na direção dos objetivos desejados”.

De acordo com Mello, (2010 p.7), “[...] o principal objetivo do Planejamento Urbano é proporcionar à população, uma, melhor qualidade de vida [...]”.

[...] essa qualidade de vida está diretamente relacionada com a existência de serviços necessários à população, como serviços de saneamento básico e serviços de saúde; oferta de infra-estrutura habitacional; existência de espaços de lazer; existência de áreas verdes e arborizadas etc. (MELLO, 2010 p.7)

Tendo em vista os processos supracitados, fica claro que é de suma importância a participação da população nas articulações destas legislações, pois são eles que enfrentam as adversidades encontradas no espaço urbano diariamente. De acordo com Borges e Soares (2004, p. 04 apud MELLO, 2010 p. 7), “não é possível discutir a qualidade de determinado ambiente sem que se considerem os valores sociais inerentes àquela população”.

O Contexto do Planejamento Urbano Brasileiro

O Brasil, até início do século XIX, era identificado como um país de expressiva população rural, devido as atividades econômicas (cultivo de cana-de-açúcarⁱⁱ e

mineração) serem realizadas no campo, atraindo os indivíduos para trabalhar e constituir família nas áreas rurais do país.

Entretanto, é com o início do cultivo de café que inicia o processo de urbanização no país, através da chegada das máquinas e dos imigrantes italianos, para operar os equipamentos, com isso, foi possível promover a urbanização no Rio de Janeiro e São Paulo.

Além disso podemos destacar que durante os governos de Getúlio Vargas (1930-1945) foi criada a principal empresa petrolífera do país, além do apoio a criação de indústrias manufatureiras, já Juscelino Kubitschek (1955-1960) construiu uma cidade (Brasília) em cinco anos e introduziu a indústria automobilística do país, impulsionando o processo de urbanização.

Segundo Mello (2010), o planejamento urbano no Brasil aconteceu em três fases e em seus primórdios possuía uma conotação relacionada à eficiência, ordem e racionalidade.

Os chamados planos de “melhoramento e embelezamento” são baseados nas intervenções urbanas de grandes metrópoles europeias, que tinham como proposta da classe dominante renegar o passado colonial e impor ideologias progressistas. Não obstante, foi possível verificar, que no Brasil, aconteceram essas mesmas intervenções urbanas, como foco no higienismoⁱⁱⁱ, visto que nesse período foi possível encontrar diversos cortiços^{iv} em áreas centrais das diversas cidades brasileiras, que tinha a finalidade de abrigar a população residente, migrante de baixa renda e escravos alforriados em busca de condições melhores na cidade.

Assim como na Europa, a classe dominante brasileira impôs a necessidade de criar novas cidades modernas e progressistas ao estado, que de forma perversa removeu a população pobre dos centros, fazendo com que os morros fossem ocupados, valorizando as áreas centrais depois das intervenções.

Iniciado na década de 1930 e marcado pela República Velha, que tinha hegemonia política dos produtores de café, o segundo período revela um “enfraquecimento” da classe dominante, devido ao aumento na organização e consciência da classe operária que lutavam por uma cidade eficiente com os diversos planos elaborados.

De acordo com Saboya (2008, p.2 apud MELLO, 2010, p.12) é nesta fase que começam a ser realizados os zoneamentos, propriamente ditos, bem como a legislação urbanística de controle do uso e ocupação do solo.

O terceiro período tem seu ápice no início do século XXI, devido os movimentos pela reforma urbana, que através de muitas lutas, conquistou que o Governo Federal, promulgasse o Estatuto da Cidade, um importante instrumento urbanístico, que auxilia os municípios na elaboração de Planos Diretores de forma integrada e participativa.

Resultados

A instalação do Complexo Petroquímico de Camaçari em 1975, ocorreu a partir da decisão na esfera federal, em novembro de 1971, de localizar em Camaçari o segundo Polo Petroquímico do Brasil, marcando uma nova etapa do desenvolvimento da Bahia (BAHIA, 1974, p.5). Em decorrência da chegada deste novo empreendimento, segundo Fernandes, et al. (2008), gerou-se a necessidade imediata da elaboração de planos (Quadro 1) que traçaram diretrizes de desenvolvimento para os núcleos urbanos e sua adjacência além do próprio Complexo.

Quadro 1 -Evolução dos planos na Cidade de Camaçari^v

ANO	LEI	DESCRIÇÃO
1974	-	Plano Diretor do Complexo Petroquímico de Camaçari
1975	Lei 1575/1975	Plano Piloto Camaçari 1975
1975	-	I Plano Municipal de Desenvolvimento
1979	-	II Plano Municipal de Desenvolvimento.
1981	Lei 110/1981	Plano Piloto Camaçari 1980
2008	Lei 866/2008	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Camaçari

Fonte: SANTOS, 2019. p. 39

Plano Diretor do Complexo Petroquímico de Camaçari - 1974

A importância do governo Federal na implantação do primeiro complexo petroquímico planejado do país foi decisiva. Este fato consolidou o recente processo de industrialização do país (BAHIA, 1974, p.5). Com base na teoria de Perroux (1955 *apud* MENDES, 2012), a indústria motriz é aquela que induz na totalidade de um conjunto, a exemplo de uma economia nacional, um aumento da venda global muito superior ao de suas próprias vendas. Nele inclui-se uma atividade motriz capaz de dinamizar, de modo mais vigoroso e permanentemente, a economia regional.

Segundo Souza:

A implantação gerou a necessidade de elaboração de um plano diretor. Plano esse, que buscou basicamente, assegurar as melhores condições de produção e

competitividade para o Complexo Básico, mas que também pretendia orientar a industrialização regional e promover condições de crescimento auto-sustentado, através da constituição de um parque de indústrias de transformação, fato este, que não se concretizou. (SOUZA, 2006, p.84).

No período de elaboração do Plano Diretor, à Companhia Petroquímica do Nordeste (COPENE), subsidiária PETROQUISA, preparou o projeto de implantação do Complexo Básico, gerando importantes informações para o corpo técnico.

O objetivo fundamental do Plano Diretor do COPEC era:

[...] assegurar melhores condições de produção às atividades industriais que se instalarão no território considerado, notadamente às do ramo petroquímico. Por conseguinte, formulam-se as diretrizes para a organização do espaço onde se implantará o Complexo Petroquímico e definem-se a infra-estrutura e os serviços requeridos para o seu eficiente funcionamento. Procura-se, assim, garantir-lhe satisfatórias condições de competitividade com as indústrias similares, instaladas em outras áreas do país e, mesmo, no exterior (BAHIA, 1974, p. 60).

No que tange à organização espacial, o plano traz propostas visando a reserva de áreas para abrigar as indústrias futuras, a integração, dos núcleos urbanos com o COPEC, garantir às áreas residenciais a ausência da perturbação gerada pelas áreas industriais e adensar os núcleos urbanos. Ainda propõe um zoneamento de acordo com o uso do solo: Industrial, Urbano, Usos Especiais e Proteção (BAHIA, 1974 *apud* Fernandes et al, 2008, p. 17).

A cidade foi dividida em duas Zonas que são as industriais e urbanas, sendo esta última responsável pelas categorias: Bairro Residencial; Área de Equipamento Urbano; Área Habitacional de Ocupação Espontânea; Zona para Reflorestamento de Proteção e Zona Hortifrutigranjeira.

A área tem uma característica de objetivar à minimização dos custos da infraestrutura física a ser fornecida e a necessidade de preservar a integridade do ambiente, em Camaçari e Dias D'Ávila. Neste caso, o principal elemento de determinação para a implantação das indústrias foram os terrenos com morfologia que facilita a drenagem natural, facilitando o escoamento das águas tornando (BAHIA, 1974, p.59).

Quanto a área destinada ao núcleo urbano, foram privilegiadas as condições topográficas e hidrográficas, visto que se aproveitaram a parte mais alta dos terrenos para construção das estruturas habitacionais, permitindo à acomodação de um sistema urbano

com bairros residenciais, enquanto as mais baixas seriam destinadas a implantação de infraestruturas técnicas e sociais. (BAHIA, 1974).

O Plano Diretor do COPEC, tornou-se o precursor do planejamento na cidade de Camaçari, e de planos subsequentes para Camaçari e Dias D'Ávila:

O desenvolvimento do Plano Diretor, em sua fase de implantação, prevê a elaboração do presente Plano Piloto de Camaçari, que junto ao Plano Piloto de Dias D'Ávila, compõe o programa de remanejamento físico-territorial dos dois núcleos urbanos onde se deverão instalar os maiores contingentes populacionais tributários do Pólo Petroquímico (BAHIA, 1975, p.7 apud SOUZA, 2006, p.89).

Nota-se que o plano de instalação do COPEC, foi bastante importante para Camaçari, pois a partir deste, daremos início a uma série de planejamentos realizados, com o intuito de preparar a cidade para atender todas as demandas necessárias.

LEI 1575/1975 - Plano Piloto de Camaçari - 1975

Publicado em 1975 o Plano Piloto de Camaçari, é parte complementar do Plano Diretor COPEC, tendo em vista que o mesmo foi realizado através de uma parceria entre a Prefeitura Municipal de Camaçari, com o intuito de desenvolver a área em que o Complexo Petroquímico de Camaçari está instalado.

O plano está destinado a prestar o apoio urbano mais imediato requerido à eficiência operacional do conjunto industrial, devendo, para atender a este fim, desenvolver-se em harmonia com a implantação do mesmo. (BAHIA, 1975, p.3)

Conforme o Plano, o crescimento da localidade estava atrelado a fatores externos, dentre os quais destacam-se (BAHIA, 1975 apud SOUZA, 2006, p.89):

Número de empresas transformadoras de produtos petroquímicos e outras com ligações com essa indústria, a se instalarem no COPEC; Possibilidade de viabilização de esquemas financeiros capazes de garantir à PMC a massa de recursos necessária ao provimento da infraestrutura e dos serviços, em nível compatível com a demanda temporal; Grau de agressividade das empresas públicas e privadas, envolvidas com a oferta de habitações e serviços urbanos e comunitários, no local; Existência de sistema metropolitano de transporte de massa.

De acordo com Souza (2006) o Plano previa uma população de 150.000 habitantes para a cidade de Camaçari em até 20 anos e define uma área de 1.000 hectares para a malha urbana desta cidade em crescimento. (apud Fernandes et al, 2008, p. 17)

A enorme desproporção entre a população atual de Camaçari – 13.000 habitantes na sede – e os pelo menos 80.000 previstos para 1980, as grandes inversões programadas pelo Governo de Estado para a infraestrutura urbana, o caráter estranho à área de decisão municipal do processo abrangente em que a cidade logo será envolvida, conferem ao Plano Piloto de Camaçari características de um projeto para uma cidade nova, mais do que o de um plano para o desenvolvimento de uma cidade existente em crescimento vegetativo (BAHIA, 1975, p. 8 apud SOUZA, 2006, p. 90).

O Plano Piloto (1975), de acordo com Bahia (1975, p.16), traça a organização do núcleo urbano de Camaçari obedecendo à um zoneamento formado por cinco áreas distintas: Centro Comercial, Zona Antiga, Expansão Nordeste, Expansão Sudoeste e Setores Periféricos.

I Plano Municipal de Desenvolvimento - (I PMD) – 1975

Segundo Souza (2006), o PMD foi o primeiro planejamento elaborado pela Prefeitura Municipal de Camaçari (PMC), publicado em janeiro de 1975, que tinha o objetivo de realizar diretrizes integradas, com o Governo Federal e Estadual, para o desenvolvimento da implantação do Polo Petroquímico.

De acordo com Camaçari (1975, p. 4):

O propósito imediato deste documento é traçar a linha programática do Governo Municipal para os próximos cinco anos, além de proporcionar uma visão daquilo que se pretende realizar, facilitando a participação de outras entidades ou agências que venham a trabalhar junto à Prefeitura na estruturação de um organismo urbano-social capaz de responder aos desafios representados pela implantação do Polo Petroquímico do Nordeste e pela metropolização incipiente (apud SOUZA, 2006, p. 92).

O PMD, tinha como objetivo a inserção das normas de desenvolvimento integral na comunidade local, visando a redução e os desníveis existentes, tendo como eixo à política de desenvolvimento estadual e nacional vigente na época. (CAMAÇARI 1975).

Conforme Camaçari (1975, p.33), o I PMD para este quinquênio (1975/1979) tem como objetivos específicos:

Apoiar à promoção de uma base econômica durável em decorrência da implantação do polo petroquímico; Organizar e aparelhar a estrutura administrativa municipal; Construir ou adaptar os equipamentos urbanos necessários para o contingente populacional previsto em cada etapa; Atender à demanda dos bens e serviços necessários à população; Integrar a população migrante e/ou marginal urbana atraída pela polarização da atividade econômica; Apoiar o treinamento de recursos humanos e promoção da mão-de-obra; Promover as atividades de cultura, esporte e lazer.

Tendo em vista os objetivos traçados pelo I PMD, nota-se que o mesmo projetou escalas de curto a longo prazo, que perpassam desde a organização da estrutura administrativa até a integração com sua região de influência para o atendimento das necessidades dos propósitos acima.

II Plano Municipal de Desenvolvimento (II PMD) - 1979

Lançado em dezembro de 1979, o II PMD, apresentou à continuidade do processo de planejamento para o quadriênio 79/83, visto que o I PMD, já tinha finalizado o seu período.

Segundo a ótica do Engenheiro Humberto Ellery^{vi}, Prefeito à época, o II PMD nasce da:

[...] necessidade da estabilização do universo social onde se inscreve o Complexo Urbano-Industrial do Polo Petroquímico de Camaçari; da necessidade de se estabelecer uma espécie de equilíbrio de escala entre o pesado e sofisticado investimento industrial, o seu equipamento de alta densidade tecnológica, e o simples habitante da região (CAMAÇARI, 1979, p. 2 apud SOUZA, 2006, p. 96).

O II PMD, exprime a consciência de um novo momento histórico de Camaçari, onde pretende-se trabalhar as questões técnicas, afetivas e operacionais (CAMAÇARI, 1975).

Visto isso, o II PMD, nota que a vizinhança entre Camaçari e Salvador, trouxe algumas dificuldades com relação ao tempo de deslocamento entre Trabalho casa, perdido pelos funcionários.

No entanto, verifica-se que este problema é decorrente da população urbana considerada de média e baixa renda, já que os mais qualificados, não residiam dentro dos limites municipais. Demonstrando negativamente a segregação socioeconômica na estrutura e desenvolvimento urbano.

Voltado para resolução dos problemas mais impactantes a Política de desenvolvimento urbano/local, segundo o II PMD, têm o objetivo de:

[...] criar as condições urbanas necessárias para atração de novas atividades econômicas e apoio às existentes, de modo a se constituir em fator de desenvolvimento do município, ocupando os espaços próprios de atuação da Prefeitura Municipal de Camaçari e articulando com outras esferas de governo no sentido de criar os serviços essenciais à transformação urbana necessária [...] (CAMAÇARI, 1979, p.54).

Verifica-se que o II PMD apresenta formas de valorizar a concentração populacional em Camaçari, tendo em vista a instalação do Complexo Petroquímico, que melhoraria à oferta habitacional e o desenvolvimento do comércio atacadista, comércio varejista, parque hoteleiro, com o propósito de diversificar as estruturas econômicas do município.

LEI 110/1981- Plano Piloto Camaçari – 1980

Publicado em 1981, a revisão do plano piloto, introduziram-se oportunidades para um maior flexionamento nos diversos setores que integram o zoneamento da cidade sem danos da organização interna (CAMAÇARI, 1981)

De acordo com Camaçari (1981, p.1):

Houve, em alguns casos, apenas a adoção de novas estratégias, que se encontram embutidas nas normas de ocupação e uso do solo, e que têm a finalidade de catalisar o processo de consolidação da cidade no prazo mais curto possível, respeitadas as linhas básicas traçadas para o seu desenvolvimento espacial.

Tendo em vista o conhecimento dos projetos, projeções e critérios determinados pelos planejamentos anteriores, a revisão do plano piloto de Camaçari, elaborou um programa de trabalho com os seguintes objetivos gerais a serem realizadas no Distrito Sede: (CAMAÇARI, 1981, p.2).

Otimizar a estrutura física e funcional do espaço urbano, procurando alcançar níveis de detalhamento mais rigorosos; Capitalizar as numerosas e diversificadas oportunidades de contribuição ao processo de crescimento, sem proibir ou inibir os impulsos espontâneos, confirmando, entretanto, um planejamento normativo e orientador; Determinar as possíveis áreas de expansão da cidade dentro de uma concepção linear, de modo a obter o equilíbrio e a coerência dos espaços já consolidados, com as projeções de ocupações futuras e evitar o congestionamento e deterioração do núcleo central.

As zonas determinadas no Plano de 1975, foram preservadas. No entanto, à revisão aborda os setores de forma detalhada.

LEI 866/2008- Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Camaçari

A exatos 27 anos após elaboração e inserção do plano piloto 1980, o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Camaçari (PDDU), promulgado pela Lei nº866/2008 de 11 de janeiro de 2008. Segundo o art. 1º [...] estabelece as exigências fundamentais de ordenação deste município, sua sede, Zona Rural e Orla Marítima para o cumprimento da função social da propriedade, destacando que este plano deverá ser revisado^{vii} no prazo máximo de dez anos. (CAMAÇARI, 2008, p.1).

Quanto às disposições gerais a respeito da Política de Desenvolvimento Urbano, à lei nº866/2008 esclarece que:

Art. 3º. A política de desenvolvimento urbano está orientada para a integração urbanística dos espaços do Município, enfatizando à compatibilização do crescimento econômico com a garantia da equidade social, da conservação e recuperação ambiental, da valorização da cultura local e da democratização da gestão municipal. (CAMAÇARI, 2008, p.1).

O Plano Diretor é um dos mais complexos instrumentos de Planejamento Urbano, já que deve abranger os principais problemas da cidade, o que inclui os relacionados aos transportes, habitação, saúde, saneamento, e riscos urbanos (VILLAÇA, 2005 apud MELLO, 2010, p45).

Conforme Camaçari (2008, Art. 34º) a estruturação espacial do município de Camaçari é orientada pela modelagem espacial definida para as áreas urbanas e rurais, consolidada em um conjunto de diretrizes para à organização espacial, envolvendo o zoneamento o sistema de circulação urbana, a definição das categorias de empreendimentos e os instrumentos de política urbana[...].

Área destinada a zona rural se situa nos limites do Distrito Camaçari (Sede) e por ser caracterizada pela predominância de extensos lotes em que são realizadas as atividades de produção agrícola e extração mineral ou vegetal.

Com isso, é possível destacar que a zona urbana se situa em sua grande parte no miolo do Distrito Sede com uma alta representatividade do nível populacional caracterizada pelas edificações contínuas e pela existência de equipamentos sociais e institucionais destinados às funções urbanas básicas, com o apoio das atividades industriais e comércio/serviço, dinamizando à estrutura urbana da Cidade de Camaçari.

Segundo Camaçari, (2008, Art. 36º) a zona urbana é definida pelo zoneamento geral e especial que a este se sobrepõe para efeito da implementação das diretrizes e aplicação de parâmetros urbanísticos, que com base de acordo com Camaçari, (2008, Art. 37º) o Distrito Sede é segmentado pelas seguintes zonas:

I. Zona Central (ZCEN):

Compreende a porção central da cidade de Camaçari, estendendo-se às margens das vias radiais, passível de um maior adensamento construtivo e diversificação de usos comerciais e de serviços;

II. Zona de Ocupação Consolidada (ZOCON):

Compreende os bairros e localidades já consolidados no que diz respeito ao tempo de ocupação, infra-estrutura e serviços disponíveis, passíveis de maior adensamento;

III. Zona de Expansão Prioritária (ZEP):

Compreende as áreas em processo de consolidação, já urbanizadas e com alguma infraestrutura, mas pouco adensadas, além de áreas ainda vazias ou com ocupações rarefeitas, próximas a áreas mais estruturadas, nas quais deve ser estimulada a ocupação;

IV. Zona de Expansão de Comércio e Serviços (ZECS):

Compreende as áreas destinadas prioritariamente à implantação de empreendimentos de comércio e serviços, nas quais deve ser incentivada à instalação de empreendimentos de médio e grande porte, de atendimento regional e local;

V. Zona de Transformação, Comércio e Serviços (ZTCS):

Compreende as áreas consolidadas dos parcelamentos Polo de Apoio e Polo Plast e áreas adjacentes em processo de expansão destinadas prioritariamente à instalação de indústrias de transformação, comércio e serviços, podendo comportar usos incômodos ou de impacto local reduzido;

VI. Zona de Expansão Controlada (ZEC):

Compreende áreas ainda não ocupadas ou de ocupação rarefeita, mas pressionadas pela proximidade de áreas consolidadas e infra estruturadas, caracterizadas pela presença de ecossistemas de relevância no entorno, nas quais a ocupação deve se dar de forma controlada, em alguns casos, condicionada, de forma a não comprometer a qualidade dos ambientes;

VIII. Zona de Importância Ambiental e Paisagística (ZIAP):

Compreende as áreas de média fragilidade dos ecossistemas, com potencial paisagístico e ambiental a ser preservado ou recomposto, pressionadas pela ocupação urbana da Sede, definidas como zonas de amortecimento da expansão urbana em direção a áreas inadequadas.

Verifica-se que a finalidade desta lei é de apresentar um zoneamento para o Distrito Sede com o objetivo de expandir as áreas urbanas não consolidadas, desde que com o controle do processo de uso e ocupação do solo, em função do grande crescimento populacional significativo para a Cidade.

Desta maneira, conclui-se aqui de forma resumida todas etapas do processo de planejamento urbano (Quadro 2) em Camaçari, particularmente no Distrito Sede.

Quadro 2 - Quadro síntese dos instrumentos de planejamento de Camaçari entre 1974 e 2008

Ano	Plano/Lei	Esfera	Gestão	Partido	Principais Premissas	Premissas Compridas	Premissas Não Compridas
1974	Plano Diretor do Complexo Petroquímico de Camaçari	Estadual	Antônio Carlos Magalhães	Arena	<p>Criar situações favoráveis à integração do Complexo Petroquímico na economia baiana e na RMS. Numa perspectiva que lhe permitisse a obtenção do máximo benefício econômico e social possível. Por isso procura o melhor aproveitamento das economias de escala e de aglomeração já acumuladas ou em emergência, na região, e prevenir estrangulamentos no suprimento de serviços básicos que serão requeridos;</p> <p>Orientar o desenvolvimento urbano de Camaçari e Dias D'Ávila mediante intervenção racional do poder público;</p> <p>Garantir a proteção do ambiente e a preservação da qualidade da vida na área do COPEC, para o que propõe as medidas adequadas.</p>	<p>A instalação do COPEC impulsionou a economia com geração de empregos, ofertas de moradias, além de desenvolver o modal ferroviário que escoava as produções.</p> <p>Produção do plano piloto de 1975, que iniciou o desenvolvimento urbano dos Municípios Camaçari e Dias D'Ávila.</p> <p>Criação do Cinturão Verde que diminui os impactos causados pela emissão de poluentes químicos.</p>	
1975	Plano Piloto de Camaçari-1975	Estadual	Antônio Carlos Magalhães	Arena	<p>Prestar apoio urbano, de forma imediata, fazendo com que haja harmonia, com o conjunto industrial instalado.</p>	<p>Delimitação de zonas destinadas a habitação, comércio, indústria e serviços, além de destinar áreas para implantação da infraestrutura técnica e social.</p>	<p>Apesar da destinação de áreas para implantação da infraestrutura técnica e social, porém não se concretizou.</p>
1975 (1975-1979)	I Plano Municipal de Desenvolvimento	Municipal	Humberto Ellery	-	<p>Curto prazo (1975) Organização da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir dos instrumentos legais elaborados para constituição de entidades civis que ajudaram à reestruturação urbana da cidade de Camaçari.</p> <p>Médio prazo (1976 -1977) Desenvolvimento dos projetos elaborados no Plano Piloto, visando uma atenção melhor aos distritos e vilas.</p> <p>Longo prazo (1978 -1979) Integração do Município de Camaçari, com o órgão responsável pela Região Metropolitana de Salvador, para que se desenvolvam os setores de Transporte, Saúde, Turismo, Cultura e Segurança Pública.</p>	<p>Dentre as premissas cumpridas, a que mais se destacou foi a tentativa de organização da estrutura administrativa, tendo em vista a necessidade já que estava sendo instalado um complexo industrial no município e necessitava de legislações vigentes.</p> <p>Com relação ao desenvolvimento do plano piloto, pode-se dizer que foi atendido as questões destinadas a habitação e zoneamento.</p> <p>A região administrativa de salvador tinha esse papel de realizar a integração dos setores, contudo não há evidências se este trabalho foi realizado.</p>	<p>Baixa ou quase nenhuma atenção as vilas.</p>

Ano	Plano/Lei	Esfera	Gestão	Partido	Principais Premissas	Premissas Compridas	Premissas Não Compridas
1979 (1979-1983)	II Plano Municipal de Desenvolvimento	Municipal	Humberto Ellery	-	<p>Criar as condições urbanas necessárias para atração de novas atividades econômicas e apoio às existentes, de modo a se constituir em fator de desenvolvimento do município, ocupando os espaços próprios de atuação da Prefeitura Municipal de Camaçari e articulando com outras esferas de governo no sentido de criar os serviços essenciais à transformação urbana necessária</p>	<p>Dentre as premissas, destaca-se a abertura das atividades econômicas ligadas ao comércio e serviço, impulsionando a geração de emprego e renda para os camaçarienses.</p>	-
1981	Lei nº 110/1981- Plano Piloto Camaçari – 1980	Municipal	Humberto Ellery	-	<p>Otimizar a estrutura física e funcional do espaço urbano, procurando alcançar níveis de detalhamento mais rigorosos; Capitalizar as numerosas e diversificadas oportunidades de contribuição ao processo de crescimento, sem proibir ou inibir os impulsos espontâneos, confirmando, entretanto, um planejamento normativo e orientador;</p> <p>Determinar as possíveis áreas de expansão da cidade dentro de uma concepção linear, de modo a obter o equilíbrio e a coerência dos espaços já consolidados, com as projeções de ocupações futuras e evitar o congestionamento e deterioração do núcleo central.</p> <p>Dotar a cidade de infraestrutura e qualidade urbanística e ambiental, capazes de potencializar o desenvolvimento das atividades econômicas;</p> <p>Promover a recuperação ambiental das áreas degradadas do Município;</p> <p>Garantir a utilização racional dos recursos naturais disponíveis e preservar integralmente áreas de valor ambiental significativo, especialmente as restingas, dunas, áreas úmidas e manguezais;</p> <p>Privilegiar os investimentos direcionados para os segmentos da população em situação de vulnerabilidade, risco social e pobreza;</p> <p>Estimular a participação da sociedade civil na formulação e implementação de políticas públicas, estabelecendo as bases para à prática de uma gestão municipal democrática;</p> <p>Ampliar a capacidade de gestão do território municipal.</p>		<p>Tendo em vista as premissas destacadas, pelo plano, foi possível verificar juto aos arquivos que nenhuma destas foram executadas pois, a semelhanças com o plano piloto de 1975 no quesito de ordenamento do solo.</p>

Fonte: Elaborado por SANTOS, 2019, P.60-61. Com base nos Planos apresentados para Camaçari.

Neste sentido é notório o papel fundamental que o COPEC desempenhou desde a sua implantação dentro do território de Camaçari.

Considerações Finais

O tema “planejamento urbano na Cidade de Camaçari (BA): evolução dos planos entre 1974 até 2008” traz expresso em si o problema que se procurou investigar ao longo desta pesquisa.

A partir das análises, podemos considerar que a inserção do COPEC, intensificou as configurações urbanas da cidade, visto o Plano Diretor de 1974, que trata a cidade como suporte à área industrial, devido a necessidade de alojar os operários.

Enfatizando a necessidade na elaboração de planos para o Município e conseqüentemente para a sede, destaca-se o planejamento urbano no processo de escolher um conjunto de ações consideradas as mais adequadas para conduzir a situação atual na direção dos objetivos, sejam eles no controle da expansão urbana ou proporcionando um melhor conforto à população.

Nesta perspectiva, devido o processo consolidado de acomodação do COPEC, conferiu urgência no controle da expansão urbana, mediante os planos de desenvolvimento elaborados.

Apesar da incumbência do Município/Estado em conduzir o processo de planejamento, todavia, em termos de desenvolvimento econômico para a população camaçariense, pouco se produziram resultados. Neste sentido, visto que a base do PIB municipal é originária das indústrias do COPEC, evidenciando o fato da maior parte da receita gerada não circular em Camaçari, sem contar que alguns operários com nível técnico elevado não residem no Município.

Considerada área de interesse da segurança nacional desde a década de 1970, no qual o governo estadual enquanto mediador, nomeava os prefeitos^{viii}, sem consentimento do poder legislativo. Este poder, por sua vez, aprovava as leis dos respectivos gabinetes estaduais, fazendo com que vários planos de desenvolvimento aplicados modificassem a história e a paisagem do município.

Somente no final da década de 1970, foi possível identificar o início de uma certa “autonomia” municipal em relação ao planejamento, mas, com limitações, tendo em vista que ainda vigorava o período autoritário no país.

Na década de 1980, com a finalização da ditadura militar brasileira (1964 -1985), os planos em Camaçari, foram produzidos de forma mais independente. Contudo, nota-se os baixos índices de atendimento às demandas sociais, a despeito do alto crescimento populacional estabelecido pela chegada do COPEC, sendo efetivada por indivíduos de

baixo poder aquisitivo e com ganhos restritos para o acesso aos programas de habitação, sem contar a baixa qualificação para trabalhar na indústria dificultado a inserção no mercado de trabalho.

Na escala nacional o COPEC concretiza o início da tentativa de descentralização das atividades industriais, que tinham /têm as regiões Sudeste e Sul como monopolizadoras destas atividades.

Na escala municipal, compreende-se o início dos chamados planos de desenvolvimento para acompanhamento do processo de industrialização e urbanização que alterou uma grande parte da paisagem da cidade.

Não obstante, ao analisar os devidos planos, foi possível notar a importância destes durante o período de inserção na cidade explicando e exemplificando a influência do zoneamento na cidade.

Referências

BAHIA. COPEC. Secretaria de Minas e Energia. Prefeitura Municipal de Camaçari. **PLANO PILOTO DE CAMAÇARI, PLANO PILOTO DE DIAS D'ÁVILA**. Salvador: SME,1975

BAHIA. COPEC. Secretaria de Minas e Energia. **PLANO DIRETOR DO COMPLEXO PETROQUIMICODE CAMAÇARI**. Salvador: SME, 1974.

CAMAÇARI. Órgão de planejamento e coordenação geral. **1º Atualização do Plano Piloto de Camaçari**. Camaçari: GEPRO, 1981.

CAMAÇARI. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. **O Município de Camaçari: alguns dados oficiais e informações territoriais**. Camaçari: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Vídeo, 2018. 24 slides, color. Disponível em: http://arquivos.camacari.ba.gov.br/sedur/publicacao/141218094754425_04.pdf. Acesso em: 28 jul. 2019.

CAMAÇARI. Secretária de Planejamento e Meio Ambiente. **Perfil e Diagnóstico: Camaçari 2000 - 2005**. Camaçari: Secretária de Planejamento e Meio Ambiente, 2005. 112 p. Disponível em: <https://www.aocp.com.br/concursos/arquivos/perfildiagnostico.PDF>. Acesso em: 28 jul. 2019.

CAMAÇARI. Órgão de planejamento e coordenação geral. **II Plano municipal de desenvolvimento**. Camaçari: GEPRO, 1979.

CAMAÇARI. **Plano municipal de desenvolvimento**. Camaçari: COPEC, 1975.

CAMAÇARI. **Lei Nº 866 de 11 janeiro de 2008**. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano

de Camaçari. Camaçari: Prefeitura Municipal de Camaçari, [2008]. Disponível em: <http://arquivos.camacari.ba.gov.br/sedur/legislacao/290317122837136163.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2019.

CHOAY, F. **O urbanismo**. Tradução: Dafne Nascimento Rodrigues 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013. 351p. ISBN 978-85-273-0163-3

CLARK, D. **Introdução à geografia urbana**. Tradução: Lúcia Helena de Oliveira Gerardi, Silvana Maria Pintaudi 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991. 286p.

FERNANDES, Rosali Braga; PENA, João Soares; SANTANA, Andréa Vieira de. Camaçari-BA e sua trajetória urbana. **IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL**, Santa Cruz do Sul., v. 6, n. 2, p.1-25, out. 2008. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/334248543_Camacari-BA_e_sua_trajetoria_urbana>. Acesso em: 16 out. 2019.

LAFER, Betty Mindlin. Planejamento no Brasil. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010. 184 p. ISBN 9788527301350

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 310 p. Disponível em: http://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india/view. Acesso em: 18 ago. 2019.

MELLO, Luciana Silveira de. **PLANEJAMENTO URBANO E RISCOS TECNOLÓGICOS: UMA ANÁLISE EM CAMAÇARI – BA, NO ENTORNO DO COMPLEXO PETROQUÍMICO**. 2011. 150 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Engenharia Ambiental e Urbana, Escola Politécnica, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011. Disponível em: <<http://www.ppec.ufba.br/site/publicacoes/planejamento-urbano-e-riscos-tecnologicos-uma-analise-em-camacari-ba-no-entorno-do-compl>>. Acesso em: 08 nov. 2019.

MELLO, Luciana Silveira de. **PLANEJAMENTO URBANO E RISCOS TECNOLÓGICOS: UMA ANÁLISE EM CAMAÇARI – BA, NO ENTORNO DO COMPLEXO PETROQUÍMICO**. 2010. 55 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Engenharia Ambiental e Urbana, Escola Politécnica, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010. Disponível em:<http://www.ppec.ufba.br/site/system/files/Disserta%C3%A7%C3%A3o_capitulos.doc>. Acesso em: 08 nov. 2019.

PINA, José Hermano Almeida et al. **MUNICÍPIO E DISTRITO: um estudo teórico**. Campo-território: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v. 3, n. 6, p.125-142, ago. 2008. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/download/11851/6937/0>. Acesso em: 30 mar. 2020.

SOUZA, José Gileá de. **Camaçari, as duas faces da moeda: crescimento econômico x desenvolvimento**. Dissertação (mestrado) - Universidade Salvador – UNIFACS. Mestrado em Análise Regional, 2006. Disponível em<http://tede.unifacs.br/tde_arquivos/1/TDE-2006-11-

27T165541Z6/Publico/Dissertacao%20Jose%20Gilea%20Souza%202006%20texto%20completo.pdf>. Acessado em 10 out. 2019.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade:** uma introdução crítica ao planejamento e a gestão urbanos. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. 556 p. ISBN 8528608565

MENDES, Jeferson M G. **Economia regional:** Cap 12 Francois Perroux. 2012. Disponível em:<http://jeffersonmgmendes.com/Economia_regional/eru_cap_12_francois_perroux_folheto.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2019

ⁱ Durante o decorrer deste estudo o nome Camaçari, será tratado como município e distrito (sede), devido ter os mesmos nomes. Mas, para um melhor esclarecimento, Segundo Pina, Lima e Silva (2008) o município é a menor unidade territorial brasileira com governo próprio, é formado pelo distrito-sede, onde acha-se localizada a cidade, que é a sede municipal e que leva o mesmo nome do município.

ⁱⁱ Vale ressaltar, que muitos trabalhadores que atuaram na extração da cana-de-açúcar, eram negros escravizados que além de explorados em todos os sentidos, eram tratados de forma desumana pelos chamados senhores de engenho.

ⁱⁱⁱ O higienismo é uma doutrina que nasce com o liberalismo, na primeira metade do século XIX quando os governantes começam a dar maior atenção à saúde dos habitantes das cidades. Considerava-se que a doença era um fenômeno social que abarcava todos os aspectos da vida humana. Havia, portanto, a necessidade de manter determinadas condições de salubridade no ambiente da cidade mediante a instalação de adução e tratamento da água, esgotos, iluminação nas ruas e etc. O que culminaram com a expulsão da população mais pobre dos centros urbanos. (BRASIL, 2018, p.4)

^{iv} Casa que serve de habitação coletiva para a população pobre.

^v Cabe salientar que não foram utilizadas as Leis: 339/1995 - Código de Urbanismo e Obras do Município de Camaçari, por se tratar de legislação que atua na ordenação, adequação e controle do solo deste Município. E 913/2018- Código Urbanístico e Ambiental do Município de Camaçari, pois suas diretrizes são aprofundadas no Plano Diretor.

^{vi} Prefeito indicado. Nos períodos em que foram elaborados os PMD's, Camaçari era área de segurança nacional e o prefeito era nomeado pelo Governo Federal.

^{vii} Instituída à comissão executiva para à revisão do Plano Diretor em agosto de 2018, passado o período de um ano, foram realizadas duas audiências sendo que na Sede e Orla.

^{viii} Nos períodos em que foram elaborados os PMD's, Camaçari era área de segurança nacional e o prefeito era nomeado pelo Governo Federal